

DIÁLOGOS INSURGENTES

Seção de entrevistas

◆ **Social-Environmental Conflicts, Law, and
Indigenous Legal Traditions: An Interview
with John Borrows**

Entrevista com John Borrows:

Conflitos Socioambientais, Direito e Tradições Jurídicas Indígenas

Social-Environmental Conflicts, Law, and Indigenous Legal Traditions: An Interview with John Borrows

Entrevista com John Borrows:

*Conflitos Socioambientais, Direito e Tradições
Jurídicas Indígenas*



Foto cedida por John Borrows

By Priscylla Joca
Por Priscylla Joca

John Borrows is Canada Research Chair in Indigenous Law. He is a professor of law at the University of Victoria (British Columbia). Professor Borrows is known as a foremost authority in Indigenous Law,

and as a distinguished Indigenous scholar and jurist in Canada. He has been cited by the Supreme Court of Canada, and has received numerous awards, prizes, and honorary degrees. In 2018, he was appointed as one of the twenty-five most influential lawyers in Canada, and, in 2017, was named the Killam Prize winner in Social Sciences by the Canada Council for the Arts. Borrows is Anishinabe/Ojibway and a member of the Chippewa of the Nawash First Nation in Ontario, Canada. Professor Borrows is the author of numerous publications in the fields of Indigenous Law, Indigenous legal traditions, Constitutional Law, and Environmental Law. Among his published books, highlights include “Law’s Indigenous Ethics” (2019), “Recovering Canada: The Resurgence of Indigenous Law” (2017), and “Freedom & Indigenous Constitutionalism” (2016).

John Borrows é titular da Cátedra de Pesquisa em Direito Indígena no Canadá. Ele é professor de direito na Universidade de Victoria (Columbia Britânica). O professor John Borrows é um dos principais especialistas em Direito Indígena e um renomado pesquisador e jurista no Canadá. Ele tem sido citado, de modo recorrente, pela Suprema Corte do Canadá e recebeu inúmeros prêmios e títulos honorários. Em 2018, ele foi apontado como um dos vinte e cinco advogados mais influentes do Canadá e, em 2017, foi nomeado o vencedor do Prêmio Killam em Ciências Sociais pelo Conselho Canadense de Artes. Borrows é indígena Anishinabe / Ojibway e membro da Primeira Nação Chippewa de Nawash em Ontário, Canadá. O professor Borrows é autor de numerosas publicações nas áreas de Direito Indígena, Tradições Jurídicas Indígenas, Direito Constitucional e Direito Ambiental. Entre seus livros publicados, destacam-se “A ética indígena do Direito” (2019), “Recuperando o Canadá: O ressurgimento do direito indígena” (2017) e “Liberdade e Constitucionalismo Indígena” (2016).

On March 20th, 2018, professor Borrows was interviewed by Priscylla Joca, a doctoral candidate in law at Université de Montréal, while he was visiting McGill University in Montreal. The following questions were elaborated by the organizing committee of the current edition of the Journal *Insurgência*, which addresses social-environmental law and conflicts in Brazil and Canada.

Em 20 de março de 2018, o professor Borrows foi entrevistado por Priscylla Joca, doutoranda em Direito na Universidade de Montreal, enquanto ele visitava a Universidade McGill, em Montreal. As questões a seguir foram elaboradas pela comissão organizadora do dossiê desta edição da Revista Insurgência, que trata de direito e conflitos socioambientais no Brasil e no Canadá.

The footnotes, in Portuguese, were edited by Priscylla Joca in order to better contextualize some issues related to Canadian Law and its background.

As notas de rodapé, em português, foram editoradas por Priscylla Joca a fim de melhor contextualizar questões relativas ao Direito e ao cenário canadense.

P.J. - A project that maps environmental conflicts in Brazil called "Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil" has indicated that Indigenous peoples, Quilombolas, and traditional peoples and communities are the most impacted by environmental conflicts in the country. For example, in 2018, in a total of 570 cases, 29% related to Indigenous communities and 22% to Quilombolas. On the other hand, in 2018, the Environmental Justice Atlas mapped 24 cases of environmental conflicts in Canada of which at least 20 cases involved Indigenous Peoples. In both countries, those conflicts seem to be linked to extractive industries and mega-projects. In the light of this context, what are the shared ground and challenges faced by Indigenous Peoples from North and South and the possibilities of articulations and alliances among these Peoples?

P.J. - Um projeto de cartografia de conflitos ambientais no Brasil chamado "Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil" indicou que os povos indígenas, quilombolas, povos e comunidades tradicionais são os mais afetados por esses conflitos no país. Por exemplo, em 2018, em um total de 570 casos, 29% foram relacionados às comunidades indígenas e 22% aos quilombolas. Por outro lado, em 2018, o Atlas de Justiça Ambiental mapeou 24 casos de conflitos ambientais no Canadá, dos quais pelo menos 20 casos

envolvendo Povos Indígenas. Em ambos os países, esses conflitos parecem estar ligados a indústrias extrativas e megaprojetos. Diante desse cenário, quais seriam os contextos e desafios comuns enfrentados pelos Povos Indígenas do Norte e do Sul global e as possibilidades de articulações e alianças entre esses Povos?

J.B. - Well, I think the shared grounds are that the environments that Indigenous Peoples draw their economic, social, political, cultural, legal, and spiritual lives from are threatened, and those threats have a huge impact on their ability to raise their families, teach their lessons, feed their families, and so there is a lot that we draw from the environments that is potentially discharged, hurt or marginalized if industrial development goes ahead. And the challenges in the Canadian context are that the Courts often do not either recognize Aboriginal rights, or it is so expensive to be able to launch a case to recognize Aboriginal rights. The legislators have not been very responsive to implementing demarcation, recognition, and implementation regimes in the Canadian contexts, and so there are a lot of challenges. There are also not many Indigenous Peoples who are trained in Law working in the system to be able to meet the demand that are there. In terms of alliances, I think of people sharing their experiences, because many of these companies have similar practices, and some of these companies are Canadian companies or Brazilian companies operating in the other countries, and so it would be helpful to know what our common experiences are with those companies. Also, I think it would be helpful to know what some of the non-legal ways are that we are dealing with the challenges, as political organizations, building alliances, etc. So, I think that would be a big question today.

JB - Bem, eu acho que os motivos compartilhados são os seguintes. Os ambientes nos quais os Povos Indígenas traçam sua vida econômica, social, política, cultural, legal e espiritual estão ameaçados. E essas ameaças têm um impacto enorme sob as condições para criar e alimentar as famílias e repassar seus saberes e conhecimentos. Portanto, se o desenvolvimento industrial for adiante, tiraremos muito dos ambientes que serão potencialmente descartados, feridos ou margi-

nalizados. E os desafios no contexto canadense são que os Tribunais, muitas vezes, não reconhecem os direitos indígenas, ou ainda é muito caro poder iniciar uma ação jurídica a fim de que se reconheça os direitos indígenas. Os legisladores não têm sido muito receptivos à implementação de regimes de demarcação e reconhecimento de direitos indígenas nos contextos canadenses e, portanto, há muitos desafios. Também não há muitos juristas Indígenas atuando no sistema de justiça para poder atender à demanda existente. Em termos de alianças, penso em pessoas compartilhando suas experiências, porque muitas dessas empresas têm práticas semelhantes, e algumas dessas empresas são empresas canadenses ou brasileiras que operam em outros países e, portanto, seria útil saber quais são os nossos interesses comuns e experiências com essas empresas. Além disso, acho que seria útil saber quais são algumas das formas não jurídicas de lidar com os desafios postos, como através de organizações políticas, construção de alianças, etc. Então, acho que isso seria uma grande questão hoje.

P.J - In Brazil and Latin America, one of the most severe causes of socio-environmental conflict is mining industry projects on Indigenous, Quilombolas and traditional communities' lands, and Canada has relevant participation in this context. In 2014, a session of the Permanent People's Tribunal in Montreal condemned the Canadian mining industry's action in Latin America and the Canadian state's responsibility in the face of severe human rights and social-environmental violations. In 2017, in the Amazon region, the Canadian mining company Belo Sun, which intends to build the "largest gold mine in Brazil" around the Xingu River, affecting the Juruna Indigenous People and other populations, was at the epicentre of serious conflicts at that area. In 2018, the Global Justice Organization published a report on the impact of Canadian mining company Kinross which resulted in the disappearance of two Quilombola territories. This year, the Canadian government announced the creation of the Canadian Ombudsperson for Responsible Enterprise (CORE), responsible for investigating possible human rights abuses committed by the Canadian mining industry abroad. How do you see this context? What is the character of mining companies' projects on Indigenous lands here in Canada?

P.J. - No Brasil e na América Latina, uma das causas mais graves de conflitos socioambientais é a indústria de mineração em terras indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais, e o Canadá tem participação relevante nesse contexto. Em 2014, uma sessão do Tribunal Permanente dos Povos em Montreal julgou a atuação do setor de mineração canadense na América Latina e a responsabilidade do estado canadense em face de graves violações de direitos humanos e socioambientais. Em 2017, na Amazônia, a mineradora canadense Belo Sun, que pretende instalar a "maior mina de ouro do Brasil" ao redor do rio Xingu, afetando o povo indígena Juruna e outras populações, estava no epicentro de sérios conflitos naquela área. Em 2018, a organização Justiça Global publicou um relatório sobre os impactos da mineradora canadense Kinross que resultou no desaparecimento de dois territórios quilombolas. Este ano, o governo canadense anunciou a criação do "Ombudsperson for Responsible Enterprise (CORE)", responsável por investigar possíveis abusos de direitos humanos cometidos pela indústria de mineração canadense no exterior. Como você vê esse contexto? Como está o desempenho das empresas de mineração em terras indígenas aqui no Canadá?

J.B. – Well, I think it's a wonderful thing that ombudsman has been appointed. The question will be how that person's authority operates when they investigate, are they going to have access to information that is more than just public information, are they going to have some resources that would permit them to talk with people and look at financial records, talk to police, talk to governments, investigate the situation that is called to their attention. If that is the case that would certainly be very helpful. Secondly, when they produce their report the question is where it will go, who will read it, and what kind of response is required of the persons or groups that are reading it. Some ombudspersons report directly to parliament or a minister, and there has to be a response to the ombudsperson's report. That would be the best-case scenario. And the access that this person also has to the media to be able to make the report public would also be a big assistance. And so, a context of having an Ombudsperson is really key particularly because Canadian companies are operating so heavily in

other countries and are doing things that aren't appropriate not just in accordance with Canadian law but in accordance with the laws of the countries in which they find themselves, and also in accordance with international law. The performance of mining companies in Canada is also leading to disappearance of territories and resource activities for Indigenous peoples. Think about the oil and gas industry in northern Alberta. There are lots of animals that have been hurt, making it more difficult for Indigenous peoples to engage in their economic, social, political, spiritual activities. And so there would be a role for an ombudsperson in a Canadian context as well to be able to do their work transnationally, you know, following how Canadian company might operate in different countries and if there's better practices in one country than another country. It would be obviously important to bring that to the attention to shareholders, CEOs and investors of that organization. I have a friend of mine, Shin Imai, who does some of this work of monitoring Canadian mining companies in Central America, Guatemala in particular, but also, other places. And I know that he has activated a network of support around that.

J.B. - Bem, acho maravilhoso que o ombudsman tenha sido nomeado. A questão será como a autoridade dessa pessoa vai operar enquanto ela investiga, se vai ter acesso à informação que é mais do que apenas informação pública, se vai ter alguns recursos que possibilitariam conversar com pessoas chave e analisar registros financeiros, conversar com a polícia, conversar com os governos. Se poderá investigar uma situação posta. Se esse for o caso, certamente será muito útil. Em segundo lugar, quando o ombudsman produz seu relatório, a questão é para onde esse relatório irá, quem o lerá e que tipo de resposta é exigida de pessoas ou grupos que lerão o relatório. Alguns ombudsperson, no Canadá, por vezes, reportam diretamente ao parlamento ou ministro, e tem que haver uma resposta ao relatório do “ombudsperson.” Este seria o melhor cenário. É igualmente importante o acesso que o “ombudsperson” terá à mídia para poder tornar o relatório público, o que seria muito útil. E assim, a possibilidade de se ter um “ombudsperson” é realmente fundamental, especialmente porque as empresas canadenses estão operando tão pesadamente em outros países e estão fazendo

coisas que não são apropriadas, não apenas de acordo com a lei canadense, mas também de acordo com as leis dos países nos quais eles se encontram e de acordo com o direito internacional. O desempenho das empresas de mineração no Canadá também está levando ao desaparecimento de territórios e recursos naturais para os povos indígenas. Pense na indústria de petróleo e gás no norte de Alberta, há muitos animais que foram prejudicados por isso, o que torna mais difícil para os povos indígenas se dedicar as suas atividades econômicas, sociais, políticas e espirituais nesse contexto. E assim, haveria um papel para um ombudsman em um contexto canadense, bem como transnacionalmente, observando como as empresas canadenses vêm operando em diferentes países e se há melhores práticas em um país do que em outro país. Seria obviamente importante levar isso ao conhecimento dos acionistas, CEOs e investidores. Eu tenho um amigo, Shin Imai¹, que faz parte desse trabalho de monitoramento de empresas de mineração canadenses na América Central, em particular na Guatemala. E sei que ele ativou uma rede de apoio em torno disso.

P.J - What do you think about the process of consultation involving mining companies here in Canada? I watched a lecture by two Indigenous women who recounted some internal conflicts within their communities regarding the consultation process for a mining project. So, it seems to be complex and complicated. In Brazil, in December 2017, the Supreme Court decided that the Belo Sun mining company, a Canadian company, should consult the Indigenous peoples involved according to their protocol, and should respect the protocol that was created by that Indigenous people in Brazil. So, I have wondered how the Canadian mining companies treat Indigenous Peoples in Canada. In certain ways, for sure, they may replicate the same approach...

P.J – Como você analisa os processos de consulta à povos indígenas envolvendo empresas de mineração aqui, no Canadá? Eu assisti a uma palestra de duas mulheres indígenas onde elas relataram sobre as discordâncias internas em suas comunidades no que diz respeito

1 Shin Imai é professor em Osgoode Hall Law School, York University.

a um processo de consulta relativo a um projeto de mineração. Então, isso parece ser complexo e complicado... No Brasil, em dezembro de 2017, o Supremo Tribunal Federal decidiu que a mineradora canadense Belo Sun deveria consultar os povos indígenas envolvidos no caso, de acordo com seu protocolo de consulta indígena, e que a empresa deveria respeitar esse protocolo. Então, eu me pergunto como as empresas de mineração canadenses tratam os povos indígenas no Canadá. De certa forma, com certeza, as empresas podem replicar a mesma abordagem no Canadá e no Brasil...

J.B - So there are some Indigenous communities in Canada that are developing protocols that mining companies have to follow, and I think the most prominent example is the one out of the Secwepemc (Shuswap) territory in the Kamloops area, where they had a study that was partially funded by the mining company to look at the scientific, social, political, legal issues from their perspective, and to have the work unfold through their laws. And in one instance they agreed that a mine could be reopened, and so they have an impact benefit agreement with the mining company that flows from their work according to their protocols. But the other mining proposal was rejected by the community in accordance with their protocols because the area was too sensitive, both ecologically and spiritually, so they rejected that company's proposal. So that is an example of this happening in the Canadian context. The Chippewas, the Thames First Nations, have also created their own protocol for consultation, and I think that is going to be a helpful way that companies will deal with them in the future. Around the Burrard Inlet, in Vancouver, First Nations have also been setting out their protocols, and companies are not so thrilled with that. But often they have to, at least, give some attention to that. For instance, they have to follow those protocols. The Nisga'a Nation, in northern British Columbia, also has laws under their treaty. And under their treaty they have an environmental assessment process. And with their environmental assessment process under their treaty they agreed to allow for the development of liquefied natural gas processing within their territory. I don't think that development is going to go ahead because the market has fallen so much, but there is four different

examples of Canadian and First Nations saying, here you must operate in accordance with our protocols. And in many ways that matches what the Supreme Court of Canada has asked of governments and, by extension, corporations to do, because the court in the Haida case says that in all cases you have to substantially address the interests and concerns of Indigenous Peoples themselves. And so that wouldn't just be addressing the substance of their concerns, but it would also be the procedural elements of how they would like to talk about these issues together. And so, hopefully, if that analogy carries further into the Brazilian context that could be very important, and we could also learn for Brazil if that goes well, and then share those messages with Indigenous Peoples working these issues in Canada.

JB – Então, existem algumas comunidades indígenas no Canadá que estão desenvolvendo protocolos que as empresas de mineração têm que seguir, e eu acho que o exemplo mais proeminente é o do território Secwepemc (Shuswap) na área de Kamloops, onde eles tiveram um estudo que foi parcialmente financiado pela empresa de mineração para analisar as questões científicas, sociais, políticas e legais, a partir de sua perspectiva indígena. E tencionaram para que o trabalho se desenvolvesse através de suas leis indígenas. E, em um determinado momento, eles concordaram com a reabertura de uma mina e fizeram um Acordo de Diminuição de Impactos com a empresa de mineração que foi elaborado de acordo com seus protocolos. Mas, uma outra proposta de mineração foi rejeitada por essa mesma comunidade, também de acordo com seus protocolos, porque a área era muito sensível, tanto ecologicamente quanto espiritualmente, então, nesse último caso, eles rejeitaram a proposta da empresa. Esse é um exemplo acontecendo no contexto canadense. Os Chippewas of the Thames First Nations também criaram seu próprio protocolo de consulta, e acho que isso será uma maneira útil de as empresas lidarem com eles no futuro. Em Burrard Inlet, em Vancouver, as Primeiras Nações também estão estabelecendo seus protocolos, e as empresas não estão tão entusiasmadas com isso. Mas, muitas vezes elas têm que, pelo menos, dar alguma atenção a isso. Por exemplo, às vezes elas precisam seguir esses protocolos. A Nação Nisga'a, no norte da

Colúmbia Britânica, também tem leis sob seu tratado². E, sob seu tratado, eles têm normatizado um processo de avaliação ambiental. E, a partir de um processo de avaliação ambiental realizado de acordo com seu tratado, eles concordaram em permitir o desenvolvimento do processamento de gás natural liquefeito em seu território. Eu não acho que o desenvolvimento desse projeto vá em frente porque o mercado caiu muito, mas, já há aí quatro exemplos diferentes de canadenses e Primeiras Nações dizendo, “aqui você deve operar de acordo com nossos protocolos.” E, de muitas maneiras, isso coincide com o que a Suprema Corte do Canadá pediu aos governos e, por extensão, às corporações, porque o tribunal no caso Haida diz que, de um modo geral, se deve abordar substancialmente os interesses e preocupações dos próprios Povos Indígenas. E isso não seria apenas abordar o conteúdo de suas preocupações, mas também o procedimento de como eles, os Povos Indígenas, gostariam de conversar sobre esses todos esses assuntos. E assim, esperançosamente, se essa analogia for também válida no contexto brasileiro, isso poderia ser muito importante, e também poderíamos aprender com o Brasil se isso der certo, e então compartilhar essas mensagens com os Povos Indígenas que estão trabalhando nesses assuntos no Canadá.

P.J. - In Latin American, the impacts of the extractive industry have particularly affected women from Indigenous, Quilombolas, and traditional communities, at the same time that these women are essential in the struggle against rights violations provoked by that industry. How do you analyze the impacts of the extractive industry and the struggle against it regarding Indigenous women in Canada?

P.J. - Na América Latina, os impactos das indústrias extrativas afetam de maneira particular as mulheres de comunidades indígenas, quilombolas e tradicionais, ao mesmo tempo em que essas mulheres são essenciais na luta contra as violações de direitos provocadas por essas

2 Os tratados são acordos entre um Povos Indígena e a Coroa. A constituição canadense reconhece e afirma os tratados realizados com Povos Indígenas no Canadá (Section 35, Constitution Act, 1982).

indústrias. Como você analisa esses os impactos e a luta contra essas violações em relação às mulheres indígenas no Canadá?

J.B - Well it is true there is kind of a good and a bad side. So, the good side in some instances is when people do enter into consultation, accommodation, and agreements, and end up with impact benefit statements, it is often the women that are the ones that are getting the jobs. Because they are perhaps providing food opportunities for workers in that community, they often set up the bed-and-breakfast or accommodation industries that would help ensure that there is a roof over people's heads as they are working in that area. There is also work that is done in that kind of the technical side, not just secretarial, but working on the kind of organization of projects. There are many communities that have Indigenous entrepreneurs, and they are really great at project management, and, in fact, there are many places in British Columbia where Indigenous women are seeking out opportunities to get business degrees, MBAs, and programs of certificates, so that they can take advantage of these opportunities. And most of the enrolment in these programs from my own personal experience is strongly a female oriented, so there is an advantage on that one side where they are able to get employment where it is been really hard before on. The downside is it is often a male force of workers that comes from other places into the communities, and sometimes that male-dominated workforce brings along with them all the social challenges of an isolated group of men who engage in heavy drinking and drug use on the weekends when they are not working, and they are often searching for sexual partners, and it is one thing to have consent, but then this often turns violent in some instances. So, there have been reports in different communities in Canada of these workforces and how they end up on balance being detrimental to Indigenous women, because it is not of course just the women themselves, it is their children, and their family networks that also tend to find greater levels of abuse and greater elements of things that aren't in accordance with their culture in their way of proceeding. And so that, in some instances, this is what the commission of inquiry looking at murdered and missing women in Canada is examining. It is not just

random acts, there is sometimes a systemic connection to this arising from industrial workforces being in these communities and having a particularly heavy impact on Indigenous women themselves.

J.B - Bem, é verdade que há um lado bom e ruim. Assim, o lado bom em alguns casos é quando as pessoas entram em consultas, acomodações, acordos e acabam por construir declarações de diminuição de impactos e, geralmente, são as mulheres que estão ocupando os empregos. Porque, talvez, elas possam fornecer alimentação para os trabalhadores naquela comunidade, e, de fato, elas frequentemente montam espaços para fornecer acomodações para as pessoas que estejam trabalhando na área. Há também o trabalho técnico que é feito, não apenas de secretariado, mas há mulheres também trabalhando na organização de projetos. Existem muitas comunidades que têm empreendedoras indígenas e elas são realmente ótimas em gerenciamento de projetos, e, de fato, há muitos lugares na Colúmbia Britânica onde mulheres indígenas estão procurando oportunidades de obter diplomas de negócios, MBAs e programas de certificados para que eles possam aproveitar essas oportunidades. E a maioria das matrículas nesses programas, pela minha experiência pessoal, é fortemente ocupada por mulheres, por isso, por um lado, há uma vantagem em que elas são capazes de obter emprego onde era realmente difícil antes. A desvantagem é que, geralmente, os trabalhadores que vem de outros lugares para as comunidades são compostos por forças masculinas e, às vezes, essa força de trabalho dominada por homens traz consigo todos os desafios sociais de um grupo isolado de homens que se envolvem em consumo excessivo de álcool e drogas nos fins de semana quando eles não estão trabalhando, e eles estão frequentemente procurando por parceiras sexuais, e é uma coisa ter consentimento, mas, muitas vezes, essa procura se faz de modo violento. Então, tem havido relatos em diferentes comunidades no Canadá sobre essas forças de trabalho e como elas acabam sendo prejudiciais para as mulheres indígenas. E não são apenas as próprias mulheres, mas também seus filhos e suas redes de familiares que tendem a encontrar níveis maiores de abuso e de situações que não estão de acordo com sua cultura em sua maneira de proceder. E isso é o que a comissão de inquérito

que analisa as mulheres assassinadas e desaparecidas no Canadá³ está examinando. Não são apenas atos aleatórios, às vezes há uma conexão sistêmica entre isso e a força de trabalho industrial nessas comunidades que tem um impacto particularmente pesado sobre as próprias mulheres indígenas.

P.J – Having had the opportunity to watch four Indigenous women from Latin American and Canada talking about the particular impacts that they suffer I would like to understand better the environmental impacts on Indigenous women. It seems that something is going on, and some people have talked about it, professor Val Napoleon (UVic) is one of those Indigenous women who has spoken of that. I think it is necessary to understand what is going on with Indigenous women from the environmental perspective also.

PJ - Eu tenho querido entender mais sobre os impactos ambientais sobre as mulheres indígenas desde que tive a oportunidade de ver quatro mulheres indígenas da América Latina e do Canadá falando sobre os impactos específicos que elas sofrem... Parece que alguma coisa está acontecendo, e algumas pessoas têm falado sobre isso, como a professora Val Napoleon (UVic). Eu acho que é necessário entender o que está acontecendo com as mulheres indígenas também a partir da perspectiva ambiental.

J.B - Yes, yes. And so, some people talk about the harm to the environment as being harm to women directly because of the way they view their identity, and so that is an aspect of it. Some women also talk about the opportunities to be involved in protecting the environment either post-industrial development or just to prevent it in the first place. So, a lot of the reclamation work that often has to happen around mining and forestry has a strong Indigenous women component in it too, because that is one of the places that it can be consistent with identity, and with questions that you are identifying.

3 National Inquiry into Missing and Murdered Indigenous Women and Girls. Para melhores informações, consulte o site: <<http://www.mmiwg-ffada.ca/>>.

J.B - Sim, sim. E assim, algumas pessoas falam sobre os danos ao meio ambiente como sendo os danos às mulheres diretamente por causa da maneira como elas veem sua identidade indígena, e então, isso é um aspecto disso. Algumas mulheres também falam sobre as oportunidades de se envolver na proteção do meio ambiente ou no desenvolvimento pós-industrial ou apenas para preveni-lo em primeiro lugar. Assim, muito do trabalho de recuperação que muitas vezes tem que acontecer em torno da mineração e da silvicultura também tem um forte componente ligado às mulheres indígenas, porque esse é um dos lugares que pode ser consistente com a identidade e com as questões que você está identificando.

P.J - I have listened to Indigenous women from the North and from the South, and all of them say that “the territory is like our body, so when the territory is under attack our body is under attack as well.”

P.J - Eu tenho escutado mulheres indígenas do Norte e do Sul global falando no sentido de “o território é como o nosso corpo, então quando o território está sob ataque, nosso corpo também está sendo atacado”.

J.B – That is right. And, in fact, many Indigenous peoples regard the earth to be a woman, so there is that sense of connection in that regard as well.

J.B – É verdade. De fato, muitos povos indígenas consideram a terra como sendo uma mulher, e também existe esse senso de conexão a esse respeito.

P.J - In the face of these conflicts, how do you see the application of the right to free, prior and informed consent of Indigenous peoples recognized by international human rights instruments? Do you believe that the veto would be included in this right? And what are the responsibilities and duties of states and the international community on account of this right?

P.J - Diante desses conflitos, como você vê a aplicação do direito ao consentimento livre, prévio e informado de povos indígenas reconhecido por instrumentos internacionais de direitos humanos? Você acredita que o veto seria incluído neste direito? E quais são as responsabilidades e deveres dos Estados e da comunidade internacional por conta desse direito?

J.B - So, the application of the right to free, prior and informed consent to me is an application of a basic democratic principle which corporations must talk with, consult with and involve the people who are being subject to governance. And so, it is important to reframe it back in that context. Sometimes it seems that Aboriginal peoples are asking for something that is out of the ordinary when, in fact, it should be very ordinary. We are citizens. We should have the right to participate in our governance and particularly in our governance of those affairs that impact us most directly, that are often very local. And so, I see these international human rights and human rights instruments as a way of encouraging that way of proceeding. It is unfortunate that in the Canadian context we have not really used the principle of free, prior and informed consent. In those words, we talked about consultation and accommodation. There are places where the court will mention the word veto, but mostly there's a ... People are scared, corporations are scared. If a veto was allowed, they would not be able to proceed with their business. Of course, their profits would suffer, and governments worry because then they would not get the royalties and the taxes unemployment that would flow from that. But a veto and free, prior and informed consent are two different things, and I think it is important to make the distinction that a veto will sometimes be what comes out of a free, prior and informed consent conversation, but not in all cases. And I think people get scared by the use of the word veto because, again, it is just not the language of the instruments. So, I would have us focus on the language of the instruments recognizing that in some cases veto would be what is involved. I have to say that there are some corporations that want to see a veto allowed because they do not want to go to all the work of investing their time and money, and then, after 10 years, suddenly realize they cannot go ahead. And so, certainty for

them is also the knowing that the First Nations wanted to them. The responsibilities and duties of the state in that context is to implement free, prior and informed consent, and to do that constitutionally, legislatively, by regulation, and in case law, and to make that media campaign to make it part of their platforms of their party politics, and to look transnationally like earlier question. If the companies that are resident here are not acting in ways that are consistent with that we can expect, some action would be taken.

J.B. - Assim, a aplicação do direito ao consentimento livre prévio e informado, para mim, é uma aplicação de um princípio democrático básico, com o qual você precisa conversar, consultar e envolver as pessoas que estão sujeitas à governança. E assim, é importante reformulá-lo nesse contexto. Às vezes parece que os povos indígenas estão pedindo algo que está fora do comum. Quando, na verdade, deveria ser comum. Nós somos cidadãos. Devemos ter o direito de participar de nossa governança e, particularmente, de nossa governança dos assuntos que nos impactam mais diretamente, e que, muitas vezes, são muito locais. E assim, vejo esses direitos humanos internacionais e instrumentos de direitos humanos como forma de incentivar essa forma de proceder. É lamentável que, no contexto canadense, não tenhamos realmente usado o princípio do consentimento livre prévio e informado. Falamos sobre consulta e acomodação. Há lugares onde, às vezes, a Corte menciona a palavra veto, mas, principalmente, há um ... As pessoas estão com medo, as empresas estão com medo. Se um veto fosse permitido, eles não poderiam continuar com seus negócios. Naturalmente, seus lucros seriam prejudicados, e os governos se preocupariam porque, então, não receberiam os royalties e os impostos. Mas, veto e consentimento livre, prévio e informado, são duas coisas diferentes, e eu acho que é importante fazer essa distinção de que o veto, às vezes, é o que sai de um processo de consentimento prévio e livre, mas não em todos os casos. E eu acho que as pessoas se assustam com o uso da palavra veto porque, novamente, não é apenas a linguagem dos instrumentos. Assim, gostaria que nos concentrássemos na linguagem dos instrumentos, reconhecendo que, em alguns casos, o veto seria o que estaria envolvido. Eu tenho que dizer que há algumas

corporações que querem ver um veto permitido porque não querem ter todo o trabalho de investir seu tempo e dinheiro, e então, depois de 10 anos, de repente perceberem que não podem seguir em frente. E assim, a certeza para eles é também o conhecimento do que as Primeiras Nações querem para elas. As responsabilidades e deveres do Estado, nesse contexto, é implementar o consentimento livre prévio e informado, e fazê-lo constitucionalmente, legislativamente, por regulamentação e na jurisprudência, e fazer essa campanha de mídia para torná-lo parte de suas plataformas, de sua política partidária, e olhar transnacionalmente, como falei na questão anterior. Se as empresas que residem aqui não estiverem agindo de maneira consistente com o que podemos esperar, alguma ação deverá ser tomada.

P.J - Free, prior, and informed consent is a democratic principle, but who decides the proceedings, how the proceedings are applied, and if the decision it is a meeting of different nations? Or, if the final word is from one nation, is it a real consultation?

P.J - O consentimento livre, prévio e informado é um princípio democrático, mas quem decide o procedimento, como o processo é aplicado e se a decisão é um encontro de diferentes nações? Ou, se a palavra final é de uma nação, isso é uma consulta real?

J.B - It depends on how much confidence the parties, both Indigenous and non-Indigenous, have in the processes. And I suppose their confidence would be increased if the processes incorporate the different elements of authorities, and that there is appeals along the way, including international appeals if things do not happen in the domestic context. But it is true that if you have got the process set up in accordance with Canadian law presided over by people who are just trained in Canadian law, the authority is just a Canadian court or parliamentary process, there is going to be less confidence on the part of the people who are Indigenous participating in that process. One of the things has impressed me is with the Treaty of Waitangi process in New Zealand, where Indigenous peoples get to participate in the construction of the process, and then the substance of the process as

well is true. Once a report is finished, then it has to be implemented or administered by Parliament. So, for some Maori people, they would see that as problematic. And I guess that is the struggle with the whole United Nations Declaration on the Rights of Indigenous People's articles 1, 2, 45 and then article 46 which says that state integrity cannot be undermined by this process. And so, it is not really a nation-to-nation relationship for many people because of the existence of that article. But having said that, I think it is possible to also constrain Canadian sovereignty when you are working within the Canadian state in a way that is probably more acceptable to the nation state that if another party is trying to constrain their sovereignty. And it is true that through legislation, constitutions, and judgments that there are places where the sovereignty has to give way to and defer to Indigenous exercises of authority that needs to be expanded, and the implications run in many many different directions, but it's a problem.

J.B - Depende de quanta confiança as partes, indígenas e não indígenas, têm nos processos. E suponho que a confiança deles aumentaria se os processos incorporassem os diferentes elementos das autoridades, e que houvesse modos de apelar ao longo do caminho, incluindo recursos internacionais se não houvesse como no contexto doméstico. Mas, é verdade que se você tem o processo estabelecido de acordo com a lei canadense e presidido por pessoas que são apenas treinadas na lei canadense, se a autoridade é apenas um tribunal canadense ou ligada a um processo parlamentar, então, haverá menos confiança por parte das pessoas que são indígenas e que estejam participando desse processo. Uma das coisas que fiquei impressionado foi com o processo estabelecido pelo Tratado de Waitangi na Nova Zelândia, onde os povos indígenas participam da construção do processo e, então, assim, a substância do processo também é verdadeira. Uma vez terminado o relatório, ele deve ser implementado pelo Parlamento ou pela administração do Parlamento. Então, para alguns Maoris, eles poderiam ver isso como problemático. E eu acho essa é a luta com os artigos 1, 2, 45 e 46 da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, que diz que a integridade do Estado não pode ser prejudicada por esse processo. E assim, para

muitas pessoas, não é realmente um relacionamento de nação para nação por causa da existência desse artigo. Mas, tendo dito isso, eu acho que é possível também restringir a soberania canadense quando você está trabalhando dentro do estado canadense de uma forma que é provavelmente mais aceitável para o Estado-nação, do que se outra parte está tentando restringir sua soberania. E é verdade que através de legislação, constituições e julgamentos existem lugares onde a soberania tem que ceder para os exercícios de autoridade indígena que precisam ser expandidos, e as implicações correm em muitas direções diferentes, mas é um problema.

P.J - Yes, it is a process...

P.J - Sim, é um processo...

J.B - That is right it takes time.

J.B – É, isso leva tempo.

P.J. - Indigenous peoples in Brazil, such as the Wajãpi in 2014, the Munduruku in 2014, and the Juruna in 2017, have built their consultation protocols. In one of your articles, "Anishinaabe Language and Law," you mention that in 2016 the Deshkan Ziiibiing / Chippewas of the Thames First Nation approved a consultation protocol in assembly. What is the legal force of this Indigenous protocol vis-à-vis the Canadian State?

P.J. - Povos indígenas no Brasil, como os Wajãpi em 2014, os Munduruku em 2014 e os Juruna em 2017, construíram seus protocolos de consulta. Em um de seus artigos, "Anishinaabe Language and Law", você menciona que, em 2016, o Deshkan Ziiibiing / Chippewas do Thames First Nation aprovou um protocolo de consulta em assembleia. Qual é a força legal deste protocolo indígena em relação ao Estado canadense?

J.B - It would be enforceable in a Canadian context because the court says that the law dealing with Aboriginal rights and treaty rights is inter-societal, meaning that when you make a decision you cannot just look

at with common law or the Canadian legislatures, and Parliaments have to say we would also look to what Indigenous political and legal authorities would have to say, so that protocol has the force of law and then it is a part of the interest of inter-societal law. Unfortunately, the court says just like the common law is not determinative, it is just helpful by way of analogy, so the Indigenous protocol would only be helpful by the way of analogy, it is not determinative, because what you have to do is reconcile that protocol with the existence of the other things that the government has put forward to try to figure out what reconciliation would require in that instance. Having said that, I think the instrument that the First Nation developed would have great weight, and probably governments would defer to that, and courts would defer to that because it does set out how you substantially address the concerns of addition as peoples as we talked about earlier. And when you defer to Indigenous peoples, the treaties say that you have to give a large liberal and generous interpretation of treaties resolving ambiguities in the favour of Indians, they would give their meaning as the Indians would naturally understand them, so these current expressions are way of giving voice to those canons of construction which are deferential to Indigenous peoples in that setting, so I think that has the force in that way. I also think other communities will look at that and maybe do their own consultation protocols that involve their all interests. And then, because the Deshkan Ziibiing is trying to implement a treaty, the treaty is Canadian law, it is the highest law of Canada, and so in many aspects it does have a legal force of constitutional law. In 2016, the Supreme Court of Canada came up with the Chippewas of the Thames case that was a question about whether the National Energy Board could consult on behalf of the government to reverse the flow in a pipeline, or what was going one way they wanted big oil go the other way. And the Chippewas of the Thames said that you cannot permit the National Energy Board do that, we need to deal directly with a government minister or some other politically appointed authority. The court said no, you can have your consultation requirements met through the National Energy Board, and we will presume the court said that a statute which creates their authority has given them that permission. I am critical of that because I do not think the statute should be read that

broadly, but they read it that way and so the answer to the question is that the Chippewa the Thames failed to convince the Supreme Court of Canada that they had a right to talk with other people aside from the National Energy Board. The Court said you have to talk with the National Energy Board, and so now they produce this protocol to say, well when you talk with us here is what we require of you, and so that is the case context.

JB - Seria aplicável em um contexto canadense porque o tribunal diz que a lei que trata dos direitos indígenas e dos tratados é inter-societária, o que significa que, quando se toma uma decisão, não se pode simplesmente tomar a decisão a partir da *common law* ou da legislatura canadense. E os Parlamentos têm que afirmar que também poderíamos verificar o que as autoridades políticas e jurídicas indígenas teriam a dizer, para que o protocolo tenha força de lei e, assim então, seja uma parte do direito intersocial. Infelizmente, o tribunal diz que, assim como a *common law* não é determinante, é apenas útil por analogia, o protocolo indígena só seria útil por meio de analogia, não é determinante, porque o que você tem que fazer é reconciliar esse protocolo com a existência de outros meios apresentados pelo governo para tentar descobrir o que a reconciliação⁴ exigiria naquela instância. Dito isto, acho que o instrumento que a Primeira Nação desenvolveu teria grande peso e, provavelmente, os governos adeririam a isso, e os tribunais concordariam com isso, porque define como abordar substancialmente preocupações de como se poderia agregar os Indígenas como Povos, como falamos mais cedo. E, quando se submete aos povos indígenas, os tratados dizem que tem que se exer-

4 De acordo com a Comissão da Verdade e Reconciliação do Canadá (Truth and Reconciliation Commission of Canada) (2008-2015), a reconciliação pode ser compreendida como “estabelecer e manter uma relação de respeito mútuo entre povos indígenas e não-indígenas” (p. 6) no Canadá. Isso requer rejeitar o paternalismo e o racismo como bases dessa relação e compreender que a reconciliação não é um problema dos povos indígenas e sim do Canadá (Prefácio). (Truth and Reconciliation Commission of Canada. **Honouring the Truth, Reconciling for the Future: Summary of the Final Report of the Truth and Reconciliation Commission of Canada**. Truth and Reconciliation Commission of Canada: 2015. Disponível em: <<http://caid.ca/TRCFinExeSum2015.pdf>>. Acesso em: 31 maio 2019)

cer uma grande liberalidade e realizar uma generosa interpretação dos mesmos tratados, resolvendo ambiguidades em favor dos indígenas. Assim, se deveria atribuir significado aos tratados como os indígenas naturalmente os entenderiam, então, estas expressões atuais são maneiras de dar voz aos cânones de construção que são deferentes para os povos indígenas nesse cenário. Então, eu acho que o protocolo tem força nesse sentido. Eu também acho que outras comunidades vão olhar para isso e talvez façam seus próprios protocolos de consulta que envolvam todos os seus interesses. E então, porque o Deshkan Ziibiing está tentando implementar um tratado, o tratado é considerado como lei no Canadá, é a mais alta lei do Canadá, e assim, em muitos aspectos, ela tem uma força legal baseada no direito constitucional. Em 2016, a Suprema Corte do Canadá apresentou uma decisão relativa ao caso Chippewas of the Thames que era uma questão sobre se o Conselho Nacional de Energia do Canadá poderia consultar em nome do governo para reverter o fluxo em um oleoduto, ou estavam querendo que uma grande quantidade de óleo passasse a fluir em outra direção. E os Chippewas of the Thames alegaram que o Conselho Nacional de Energia não poderia fazer isso, que eles precisavam lidar diretamente com um Ministro de governo ou alguma outra autoridade politicamente nomeada. O tribunal decidiu que não, que se pode atender os requisitos da consulta através do Conselho Nacional de Energia, e nós presumiremos que o tribunal disse que o estatuto que cria a autoridade do Conselho lhes deu essa permissão. Eu sou crítico quanto a isso, porque eu não acho que o estatuto deva ser lido de forma ampla, mas eles, o Supremo Tribunal, o leem dessa forma, e então a resposta à pergunta é que os Chippewas of the Thames não conseguiram convencer a Suprema Corte do Canadá de que eles tinham o direito de dialogar com outras pessoas além do Conselho Nacional de Energia. O Tribunal disse que eles teriam que conversar com o Conselho Nacional de Energia, e agora eles produziram esse protocolo para dizer, bem, quando você fala com a gente aqui isso é o que exigimos de você, e então esse é o contexto do caso.

P.J - But, in the decision, they did not talk about the protocol, did they?

P.J. - Mas, na decisão, eles não falaram sobre o protocolo, não é?

J.B. - No, the protocol was actually drafted after the decision, although they had been making similar points before. They just collected all those points after the decision and said, we are going to be more formal about having that as a legal document as they passed.

J.B. - Não, o protocolo foi realmente elaborado após a decisão, embora eles tenham alegado pontos semelhantes antes. Eles apenas coletaram todos esses pontos após a decisão e disseram, vamos ser mais formais sobre ter isso, o protocolo, como um documento legal que eles passaram.

P.J. - Indigenous scholars in Canada have been advocating recognition of Indigenous Legal Traditions as part of the Canadian legal system. Could you please tell our Brazilian readers a little bit about how Indigenous Legal Traditions have been understood in Canada?

P.J. - Estudiosos indígenas no Canadá têm defendido o reconhecimento das tradições jurídicas indígenas como parte do sistema legal canadense. Você poderia, por favor, contar aos leitores brasileiros um pouco sobre como as Tradições Jurídicas Indígenas têm sido compreendidas no Canadá?

J.B. – Probably, the founding place to start is the presumption that when the Canadian government arrived, or the British government arrived, this did not extinguish Indigenous rights. And legal doctrine in Canada is that, unless they are clearly and plainly identified by government as extinguished, they survive. This is known as the doctrine of continuity in the common law and there are some places where there has been an explicit extinguishment of rights. But in the leading case, in 1990, the court, in a case called Sparrow, said just because you regulate rights in great detail does not mean they are extinguished. So, you can have a hundred fifty years of regulation of rights that does not amount to extinguishment, only a clear and plain expression announced to extinguishment, and it is really hard to come up with those clear plain

expressions because there was often cave yet sand recognitions, even as they were trying to get rid Indigenous people. So, it is possible to say that after 1982 most of the rights that were there prior to the arrival of Europeans continue to exist today, and that includes our rights to law, our rights to be able to access our own decision-making processes and principles, to meet our internal governance decisions, and, then, our relations with other governments. So, this doctrine of continuity is pretty important in the Canadian legal setting, whatever is not taken away remains, and while there has been a lot of regulation, a lot of damage, it is not been taken away. And so, therefore, it remains. So, then, what is happening is Indigenous peoples are and scholars in particular are trying to identify what are the different sources of Indigenous law. And in a book I wrote, I talked about some of those sources being sacred, others being rooted in the environment, some found in the way we talk with one another, deliberate, persuade each other, and the declarations that we make, some are found in the customs that we have, some are found in the relationships that we are part of, and so this idea that Indigenous law has many sources means that when Indigenous peoples make decisions today they have a lot of tools to be able to go to. They can draw on their origin stories, they can cite their natural environment, they can gather together in their different protocols, they can make proclamations, they can find what the patterns of behaviour are, and do many things. And so, law has not just found in constitutions, legislations, regulations of courts, law is found in singing, dancing, feasting, and reciting poetry. And it is because law, in an Indigenous context, is about making decisions that have authority. They are not always parliamentary or legally based in terms of a court process. Sometimes, it is with great authority that someone sings and produces a sound that has a message that would help to answer the question. And so, what Indigenous scholars are doing in Canada then is working with communities, trying to point out where those laws can be facilitated. We recovered, reworked on, rejected in certain cases because it is not everything, we did in the past we want to do today. And so, that is part of the process of law is leaving behind certain elements. And so, there is lots of law research in Victoria, a new degree program, we are working on that.

J.B. - Provavelmente, o ponto de partida para compreender seja a presunção de que, quando o governo canadense chegou, ou o governo britânico chegou, não se extinguiu os direitos indígenas. E a doutrina jurídica corrente no Canadá é que, a menos que sejam claramente identificados pelo governo como extintos, os direitos indígenas sobrevivem. Isto é conhecido como a doutrina da continuidade no *common law* e há alguns lugares onde houve uma extinção explícita dos direitos. Mas, em 1990, o Tribunal, em um caso chamado Sparrow, disse que só porque se regula os direitos de modo detalhado isso não significa que eles estariam extintos. Assim, se pode ter cento e cinquenta anos de regulação de direitos⁵ o que não equivale a extinção destes. Apenas uma enunciação clara anuncia a extinção. E é realmente difícil identificar essas enunciações claramente, porque havia, frequentemente, camadas de reconhecimento dos direitos indígenas, mesmo quando eles estavam tentando se livrar dos povos indígenas. Então, é possível dizer que, depois de 1982, a maioria dos direitos que existiam antes da chegada dos europeus continuam existindo hoje, e isso inclui nossos direitos à lei, nossos direitos de poder acessar nossos próprios processos de tomada de decisão e princípios para atender às nossas decisões internas de governança e, em seguida, às nossas relações com outros governos. Assim, essa doutrina de continuidade é muito importante no cenário legal canadense, o que não for levado permanece, e embora tenha havido muita regulação, muito dano, ela não foi tirada. E assim, portanto, permanece. Então, o que está acontecendo é que os povos indígenas e os estudiosos em particular estão tentando identificar quais são as diferentes fontes de leis indígenas. E em um livro que escrevi falei sobre algumas dessas fontes sendo sagradas,

5 Em 2017, o governo federal do Canadá promoveu a celebração dos 150 anos da criação da confederação que constituiu a formação do país, a partir do Ato Constitucional de 1867. Essa celebração sofreu críticas de diversos grupos Indígenas. Entre as críticas estavam a de que a celebração ignorava as consequências e impactos do estabelecimento do Estado canadense sobre os Povos Indígenas, e ignorava a história pregressa e milenar de ocupação dos Povos Indígenas do território hoje conhecido como Canadá. Para melhores informações sobre as críticas, se sugere a leitura de Kassam, Ashifa. Canada celebrates 150 but indigenous groups say history is being 'skated over.' **The Guardian**. 2017. Disponível em <<https://www.theguardian.com/world/2017/jun/27/canada-150th-anniversary-celebration-indigenous-groups>>. Acesso em 31 maio 2019.

outras sendo enraizadas no ambiente, algumas são encontradas na maneira como falamos uns com os outros, deliberamos, nos persuadimos, e nas declarações que fazemos, algumas são encontrados nos costumes que temos, alguns são encontrados nas relações das quais fazemos parte, e assim, a ideia de que a legislação indígena tem muitas fontes significa que quando os povos indígenas tomam decisões hoje eles têm muitas ferramentas para poderem fazê-las. Eles podem recorrer às suas histórias de origem, podem citar seu ambiente natural, podem reunir-se em seus diferentes protocolos, podem fazer proclamações, podem descobrir quais são os padrões de comportamento e fazer muitas coisas. E assim, a lei não se encontra apenas em constituições, legislações, regulamentos dos tribunais, a lei é encontrada no canto, na dança, no banquete e na recitação da poesia. E é porque o direito, em um contexto indígena, é sobre a tomada de decisões com autoridade. Eles nem sempre são parlamentares ou legalmente baseados em termos de um processo judicial. Às vezes, é com a grande autoridade de alguém que canta e produz um som que se tem uma mensagem que ajudaria a responder a uma questão. E assim, o que os pesquisadores indígenas estão fazendo no Canadá é que estão trabalhando com as comunidades, tentando indicar como essas leis podem ser promovidas. Nós recuperamos, reatualizamos, e rejeitamos em certos casos porque não é tudo que nós fizemos no passado que queremos fazer hoje. E assim, isso faz parte do processo onde a lei está deixando para trás certos elementos. E assim, há muita pesquisa de direito em Victoria, um novo programa de graduação, estamos trabalhando nisso⁶.

P.J. - Some people have said that when Indigenous people adopt notions of "rights" or even "nationhood" into their struggles, they are already "victims of cultural assimilation and appropriation," given that

6 A Universidade de Victoria (UVic) conta com um centro de de pesquisa em Direito Indígena (<<https://www.uvic.ca/law/about/indigenous/indigenoulawresearchunit/index.php>>). Em 2018, UVic abriu um programa de graduação em Direito que conta com o ensino conjunto da *common law* no Canada e de diversas tradições jurídicas indígenas. Mais informações sobre esse programa podem ser encontradas em: <<https://www.uvic.ca/law/about/indigenous/jid/index.php>>.

that notion may be canonical to Western culture. Others still have argued that Indigenous people have adapted rights discourse for their purposes and thereby transformed them, such as one finds in collective and environmental rights. How would you dialogue with those arguments and what is your view of the relationship of rights discourse and the Indigenous struggle for justice?

P.J. - Algumas pessoas dizem que quando os povos indígenas adotam noções de "direitos" ou mesmo de "nacionalidade" em suas lutas, eles já são "vítimas da assimilação e apropriação cultural", dado que essa noção pode ser canônica para a cultura ocidental. Outros ainda argumentam que os povos indígenas adaptaram o discurso dos direitos para seus propósitos e, assim, os transformaram, como no caso de direitos coletivos e ambientais. Como você dialogaria com esses argumentos e qual a sua visão da relação entre o discurso dos direitos e a luta indígena por justiça?

J.B. - So, a couple of points is to start with. Indigenous peoples aren't perfect, just like other groups of people in the world. We have our problems, gaps, and misunderstandings. And so, our law is there to deal with those challenges. Sometimes, our law flows from trying to deal with that conflict. Our laws are also there because we are beautiful and have many wonderful insights, and we have a lot of flows for my sense of the world too. So, I would just make the plea for those that ask that question not to hold Indigenous people to a higher standard than others and to recognize that we should not romanticize Indigenous peoples. The second thing I would say is that Indigenous peoples are traditional, modern, and postmodern, and so there is no kind of authenticity in a certain way. That we could look to be able to figure out what is the Indigenous or groups perspective on their law. It is the case that for some people rights and that kind of way of framing law would be foreign to them, they do not want to adopt it, they do not want to see it as a part of the way they operate. But there might be other people within that community that would have another point of view, and then, of course, there are other communities that say that rights can certainly be consistent with our traditions and our hopes for the future as well,

and so that is the second part is not only are we just as messed up and beautiful as other people in the world, we also have differences of opinion about rights, and we have therefore this ability to engage, and what they mean, and we can reject them, or accept them, or transform them, or modify them, and that regard and I think that is what is going on. Some people are rejecting, some people are tentative and just maybe taking a little bit, but then being strategic. Others are just fully adopting and saying no, that is going to help us and the way that we operate, and I am actually welcoming of all those forces, because I just do not think that there is an essence to either law or even an essence to a particular Indigenous community. They develop through time in different ways.

J.B. - Então, é preciso compreender que os povos indígenas não são perfeitos, assim como outros grupos de pessoas no mundo. Nós temos nossos problemas, lacunas e mal-entendidos. E assim, nossa lei está lá para lidar com esses desafios. Às vezes, nossa lei flui da tentativa de lidar com esses conflitos. Nossas leis também estão lá porque somos bonitos como Povo e temos muitas percepções maravilhosas, e temos muitos fluxos para o meu senso de mundo também. Então, eu apenas faria o apelo para aqueles que fazem essa pergunta de não manter os povos indígenas de forma mais elevada do que outros povos e para reconhecer que não devemos romantizar os povos indígenas. A segunda coisa que eu diria é que os povos indígenas são tradicionais, modernos e pós-modernos, e, portanto, não há nenhum tipo de autenticidade de uma determinada maneira. Que poderíamos olhar para sermos capazes de descobrir qual é a perspectiva indígena ou de grupos sobre sua lei. É o caso de que, para algumas pessoas, os direitos e esse tipo de maneira de enquadrar a lei seriam estranhos para elas, elas não querem adotá-los, elas não querem ver isso como uma parte da maneira como elas operam. Mas, pode haver outras pessoas dentro dessa comunidade indígena que teriam outro ponto de vista, e então, é claro, há outras comunidades que dizem que os direitos podem certamente ser consistentes com nossas tradições e nossas esperanças para o futuro também, e, assim, essa é a segunda parte, não apenas somos tão confusos e bonitos quanto as outras

peças no mundo, também temos diferenças de opinião sobre os direitos, e temos, portanto, essa capacidade de nos envolvermos sobre o que eles significam, e podemos rejeita-los, ou os aceitarmos, ou os transformamos, ou os modificarmos, e eu penso que é o que está acontecendo. Algumas pessoas estão rejeitando, algumas pessoas estão hesitantes e talvez apenas adotando um pouco, mas sendo estratégicas. Outras estão simplesmente adotando e dizendo que isso vai nos ajudar e à maneira como nós operamos, e eu estou de fato dando boas-vindas a todas essas forças, porque eu não acho que exista uma essência para o Direito ou mesmo uma essência para uma comunidade indígena em particular. Elas se desenvolvem através do tempo de maneiras diferentes.

P.J. - The Constitution of Ecuador (2008) and the Constitution of Bolivia (2012) recognize the rights of Nature. In 2011, a court ruling in Ecuador acknowledged that a river called Vilacamba would be the main stakeholder in a lawsuit and would be represented in court by two human beings. In 2017, the New Zealand Parliament recognized the Whanganuium River worshiped by the Maori People as a "legal person." How do you see these decisions, and how do you perceive the interrelationship between "rights of nature" and "Indigenous legal traditions?"

P.J. - A Constituição do Equador (2008) e a Constituição da Bolívia (2012) reconhecem os direitos da natureza. Em 2011, uma decisão judicial no Equador reconheceu que um rio chamado Vilacamba seria o principal interessado em uma ação judicial e seria representado na corte por dois seres humanos. Em 2017, o Parlamento da Nova Zelândia reconheceu o rio Whanganuium, adorado pelo povo Maori como uma "pessoa jurídica". Como você vê essas decisões, e como você percebe a inter-relação entre os "direitos da natureza" e as "tradições legais indígenas?"

J.B. - So, even though a moment ago I said we can have all of these ways of thinking about rights, my own personal opinion is rights are just a political tool. They are a very valuable and important political tool. One that I wouldn't want to give up. But at the end of the day they are

limited in the way that they can operate like all politics has limits based that would be very controversial for many people who think that there is a universality to effort though to human rights and that it is inherent. But I just think it is another way of looking at the world. It is not necessarily inherent. Again, I value that greatly and deeply now, I would much rather see nature not defined through rights. I would like to say that is my brother, or my sister, or my friend, that tree Rock Mountain, animal, and think about that at a kinship way, and work through understandings of that relationship that probably do not express it in a rights framework. So, that is how that is the approach I would take, and I would do all I can if we were writing articles together or I was working with the community to try to articulate what that vision might be from the perspective of the people that do not use rights, if we can avoid it. Having said that, rights have been a form of resistance for some people, and, therefore, if the only way that relationship can be protected is to throw that label over it, then I will try to find ways to make that as consistent as possible—both to say there is a right that this river has to its legal personality, its agency, and here is how the right should be incorporated in our worldview. But I would also want to make sure that we reserved as Indigenous people the final right to make the translation into our own language again, and it might not be the language of rights, or it might be tinged by the language of rights, but changes its meaning when it is spoken in our language, and understood through our stories, and as a set of interpretive opportunities available to it that do not necessarily come from the rights framework. So, you can see I have used them strategically. But I don't think they should kind of be settled their house there or grow from there.

J.B. - Então, mesmo que há pouco eu tenha dito que podemos ter todas essas maneiras de pensar sobre direitos, minha opinião pessoal é que os direitos são apenas uma ferramenta política. Eles são uma ferramenta política muito valiosa e importante. Uma que eu não gostaria de desistir. Mas, no final do dia, eles são limitados na maneira em que eles podem operar, como toda política tem limites. Isso seria muito controverso para muitas pessoas que pensam que existe uma universalidade quanto aos direitos humanos e que eles são inerentes.

Mas, eu acho que é outra maneira de olhar o mundo. Não é necessariamente inerente. Mais uma vez, eu crio um valor em que, muito e profundamente agora, eu prefiro ver a natureza não definida através de direitos. Eu gostaria de dizer que aquela árvore em Rock Mountain ou animal é meu irmão, ou minha irmã, ou meu amigo, e pensar sobre isso de um modo parental, e trabalhar através de entendimentos dessa relação que provavelmente não expressam isso em um enquadramento jurídico. Então, é essa a abordagem. Eu aceitaria, e faria tudo o que pudesse se estivéssemos escrevendo artigos juntos ou eu estivesse trabalhando com a comunidade para tentar articular de que modo essa visão poderia ser da perspectiva das pessoas que não usam direitos. Se pudermos evitá-lo, tendo dito que os direitos que têm residentes para algumas pessoas e, portanto, se a única maneira em que esse relacionamento pode ser protegido é jogar esse rótulo do direito sobre ele, então, tentarei encontrar maneiras de fazer isso do modo tão consistente quanto possível. Tanto para dizer que há um direito que este rio tem para sua personalidade jurídica, sua agência, e aqui está como o direito deve ser incorporado em nossa cosmovisão. Mas, eu também gostaria de ter certeza de que reservamos aos indígenas o direito final de fazer a tradução em nosso próprio idioma novamente, e pode não ser a linguagem dos direitos, ou pode ser tingida pela linguagem dos direitos, mas, há mudanças em seu significado quando é falado em nossa língua e compreendido através de nossas histórias, e como há um conjunto de oportunidades interpretativas disponíveis que não necessariamente vêm da estrutura de direitos. Então, você pode ver que eu os usei estrategicamente. Mas, eu não acho que eles devam se acomodar lá ou crescer a partir daí.

P.J. - In your book "Recovering Canada: The Resurgence of Indigenous Law," you describe how the possible state recognition of Indigenous perspectives on the environment and nature and the inclusion of these perspectives in environmental impact assessment processes could contribute to the democracy in Canada. Has this recognition by the Canadian State been more concrete nowadays? In 2016, Canada fully recognized the UN Declaration on the Rights of Indigenous Peoples, and recently a bill (Bill C-262) proposed by the NPD MP Romeo Saganash

(Cree Nation) aims to ensure that the laws of Canada are in harmony with the Declaration. How do you see the potential contributions of these legal milestones in the life of Indigenous Peoples? Do you see concrete progress concerning greater autonomy and self-determination of the Indigenous Peoples from these legal frameworks?

P.J. - Em seu livro "Recuperando o Canadá: O Ressurgimento do Direito Indígena", você descreve como o possível reconhecimento estatal das perspectivas indígenas sobre o meio ambiente e a natureza e a inclusão dessas perspectivas nos processos de avaliação do impacto ambiental podem contribuir para a democracia no Canadá. Esse reconhecimento pelo Estado canadense tem sido mais concreto hoje em dia? Em 2016, o Canadá reconheceu plenamente a Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas e, recentemente, um projeto de lei (Bill C-262) proposto pelo parlamentar Romeo Saganash (Cree Nation) visa assegurar que as leis do Canadá estejam em harmonia com o Declaração. Como você vê as contribuições potenciais desses marcos legais na vida dos povos indígenas? Você vê progressos concretos no que diz respeito a uma maior autonomia e autodeterminação dos povos indígenas a partir desses marcos legais?

J.B. - So, UNDRIP is currently being considered by the Canadian government in many different ways, and by provincial governments. So, in the federal setting, the bill is being considered before Parliament, Bill 262, which is from Romeo Saganash. And it is a bill that is to implement the UNDRIP, and so there is a preamble which is very important to understanding the purposes of the bill, which is anti-colonial, it does not say decolonial, but it is about resisting colonialism and turning back the tide of colonialism. There is also a section that says the bill should not be interpreted in a way that would abrogate or derogate from Aboriginal treaty rights. Also, it should be used to take away what is already there. Also, the bill says it should not be used to take away from UNDRIP itself, that UNDRIP is the standard, not the bill. UNDRIP has to always be the higher source of authority, and understanding what is possible in the future, then the bill says that Canadian laws should be made consistent with UNDRIP, and be considered as consistent with UNDRIP which

is going to require the Department of Justice and other departments to go through a lot of work to bring their legislative provisions in line with the 46 articles that are found in UNDRIP. That is a big job and so I will talk about that in a second. But then the other two parts of the bill state that there would be a national task force that would through consultation and accommodation determine how consistency would be further worked out in particular instances, and then there would be an annual report Parliament that I think the Minister of Justice, but it could be the Minister of Indian Affairs, would have to respond to. So, every year, it would come on the agenda, how are you doing with UNDRIP, what is your accountability, where are you meeting your goals, where are you failing in those goals? So, it becomes a conversation that is never-ending. Now, I think is a very important piece of umbrella legislation, but it is going to require, obviously, Indigenous peoples to bring their own voices to the table, to see how they feel this should best be implemented. But one of the things that I think you will see is a whole bunch of legislation down the road in particular areas. So, implementing UNDRIP by protecting children, implementing UNDRIP by protecting environments, intellectual and cultural property, health care, education, justice, governance. But, so that maybe in 15-20 years, there will be 40 acts of parliament that are there to recognize and affirm the development of those inherent processes. There is also something called the ten principles that the Minister of Justice has developed which are guiding them in the implementation of UNDRIP, and they are very holistic, trying to recognize that Indigenous governance and powers are not something the state creates. It is already in the power of Indigenous peoples to do that, and what they are only trying to do is create a recognition mechanism for those powers that are already there. So, they can then flow funding and resources to those powers. Now, whether or not that is really going to come to pass is another question. But that is what they have put out a paper and that is what they are talking to one another about my view. It would be a good thing. I always though think that everything is open to critique, and so there will be lots to critique, and that, even though unbalanced, is better than do not having that.

J.B. - Então, a Declaração está atualmente sendo considerada pelo governo canadense de muitas maneiras diferentes, e também por governos provinciais. Então, no cenário federal, o projeto está sendo considerado diante do Parlamento através do projeto de lei 262, que é de Romeo Saganash. E é um projeto de lei que implementa a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, e assim, há um preâmbulo, que é muito importante entender, que diz que os propósitos do projeto de lei, que é anti-colonial, não dizem descolonial, mas é sobre resistir ao colonialismo e inverter a maré do colonialismo. Há também uma seção que diz que o projeto de lei não deve ser interpretado de forma a anular ou derogar os direitos dos tratados indígenas. Além disso, o projeto de lei diz que não deve ser usado para retirar a própria Declaração, que é a Declaração é a norma padrão, não o projeto de lei. A Declaração tem que ser sempre a maior fonte de autoridade, entendendo o que é possível no futuro. Então, o projeto de lei diz que as leis canadenses devem ser coerentes com a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, e que as leis canadenses devem ser consideradas consistentes com a Declaração da ONU. O que vai requerer do Departamento de Justiça e de outros departamentos muito trabalho para alinhar as provisões legislativas com os 46 artigos da Declaração. Esse é um grande trabalho e então falarei sobre isso em um segundo momento. Mas, então, as outras duas partes do projeto de lei são que haveria uma força-tarefa nacional que, por meio de consultas e acomodações, determinaria como essa consistência seria resolvida em instâncias particulares e, então, haveria um relatório anual do Parlamento a que eu acho o Ministro da Justiça, mas poderia ser o Ministro dos Assuntos Indígenas, teria que responder. Então, todo ano, o relatório entraria na agenda política a fim de analisar como está sendo implementada a Declaração, qual é a responsabilidade de cada instância em torno disso, se as metas estão sendo atingidas, onde as metas estão falhando. Então, isso se torna uma conversa que nunca termina. Agora, eu acho que é uma peça muito importante de legislação guarda-chuva, mas que vai exigir, obviamente, que os povos indígenas tragam suas próprias vozes para a mesa, para ver como eles se sentem. Isso deve ser melhor implementado. Mas, uma das coisas que eu acho que será vista é a legislação

em áreas específicas, implementando a Declaração no que tange a proteção das crianças, do meio-ambiente e da propriedade intelectual e cultural, aos cuidados de saúde, educação, justiça e governança. Mas, então, talvez em 15-20 anos, haverá 40 atos do parlamento que estarão lá para reconhecer e afirmar o desenvolvimento desses processos inerentes. Há também algo chamado de os dez princípios que o Ministro da Justiça desenvolveu que os estão guiando na implementação da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas Indígenas⁷, e eles são muito holísticos tentando reconhecer que a governança e os poderes indígenas não são algo que o Estado cria. Já está em poder dos povos indígenas fazer isso, e o que eles estão tentando fazer é criar um mecanismo de reconhecimento para aqueles poderes que já estão lá. Então, eles podem destinar fundos e recursos para esses poderes. Agora, se isso realmente acontecerá ou não, é outra questão. Mas, é isso que eles publicaram e é sobre isso que eles estão conversando. Seria uma coisa boa. Eu sempre penso que tudo está aberto à crítica, e então haverá muito para criticar, e que, mesmo que as relações de poder em questão sejam desiguais, é melhor do que não ter isso.

P.J. - Indigenous peoples continue to politically articulate themselves in the struggle for their socio-environmental rights. Indeed, in Canada, Brazil, and elsewhere, Indigenous resistance and claims, as well as local, national and international Indigenous political articulations, are the driving force in the struggle for the recognition and enforcement of Indigenous rights. How do you analyze these scenarios?

P.J. - Os povos indígenas continuam a se articular politicamente na luta por seus direitos socioambientais. De fato, no Canadá, no Brasil e em outros lugares, a resistência e as reivindicações indígenas, bem como as articulações políticas locais, nacionais e internacionais indí-

7 Para melhores informações sobre os dez princípios, ver: Canada Department of Justice. Principles respecting the Government of Canada's relationship with Indigenous peoples. 2018. Disponível em: <<https://www.justice.gc.ca/eng/csj-sjc/principles-principes.html>>. Acesso em 31 maio 2018.

genas são a força motriz na luta pelo reconhecimento e aplicação dos direitos indígenas. Como você analisa esses cenários?

J.B. - I believe that it is really important to retain all political avenues, activating ideas. And one of those is resistance. So, blockades, and occupations, and Idle No More, the kinds of work that is done in those settings by grassroots people, need to be a part of the conversation, need in some points be determinative in particular fields. But I also worry about them, just like I agree about rights they are not universal, they are not for all time and places essential, they are part of what makes us human, and, sometimes, they should be there, and then, other times, they should give way to other things that are happening, and so I see them as a contingent way of advancing our rights.

J.B. - Eu acredito que é realmente importante manter todos os caminhos políticos, ativando ideias. E um desses caminhos é a resistência. Assim, bloqueios e ocupações, como o Idle No More⁸, o tipo de trabalho que é feito nesses ambientes por pessoas da base, precisam ser parte da conversação, sendo necessário em alguns pontos ser determinante em campos específicos. Mas, eu também me preocupo com eles, assim como eu concordo que direitos não são universais, eles não são essenciais para todos os tempos e lugares, eles são parte daquilo que nos torna humanos e, às vezes, eles deveriam estar lá, e às vezes, eles deveriam dar passagem para outras coisas que estão acontecendo, e assim eu as vejo, as lutas políticas, como uma maneira contingente de avançar nossos direitos.

8 Idle No More é um movimento que se iniciou em 2012 formado por indígenas e aliados. O movimento foi fundado por 3 mulheres indígenas e uma mulher não indígena, se iniciou a partir de protestos contra projetos de lei que poderiam afetar direitos indígenas e ambientais, e tem realizado inúmeras ações políticas. Para maiores informações sobre o Movimento Idle No More, consulte: <<http://www.idlenomore.ca/>>.

